

CRISE AMBIENTAL, O MAIS URGENTE DESAFIO ÉTICO DOS NOSSOS TEMPOS

Jelson R. de Oliveira

Quando escreveu sobre aquilo que ele chama de ‘a conquista social da terra’, o famoso sociobiólogo norte-americano Edward O. Wilson reconheceu que “a humanidade é realização magnífica, mas frágil” (2013, p. 23), isso porque ela seria a culminação exitosa de uma história evolutiva de milhões de anos e, ao mesmo tempo, de uma aventura perigosa, marcada por extinções precoces cujas primeiras linhagens desapareceram diante dos obstáculos do ambiente e por riscos variados que constantemente colocam em xeque a continuidade da vida humana sobre o planeta.

Desde que começamos a jornada de ocupação da terra, há cerca de 60 mil anos, temos sofrido com constrictões de todo tipo, que vão de secas e inundações a quedas de meteoritos, ataques de predadores ou epidemias dizimadoras. Como aventura, a vida manteve-se sempre em uma espécie de frágil equilíbrio: um pequeno vírus pode dizimar-nos aos milhões, um mero balanço no terreno destrói uma civilização inteira, um grau a mais na temperatura do planeta exigiria que os mapas do mundo fossem redesenhados.

Diante de tamanha fragilidade e tão graves riscos, o que teria salvado a humanidade? Por que simplesmente não desaparecemos ainda? A resposta pode não ser fácil, mas uma coisa é certa: ao longo das eras, fomos capazes de vencer as intempéries com o uso de nosso instinto gregário, cujo fundamento é nossa capacidade racional, no geral transformada em capacidade técnica. Desde que começamos a usar ferramentas de pedra e/ou cobrir o nosso corpo com a pele de animais, iniciamos uma longa trajetória de luta contra nossa extinção. Nossos progressos nos levaram daquelas primeiras pedras rudes aos dispositivos tecnológicos mais avançados de nossos dias, passando pela invenção das máquinas a vapor, da eletricidade, da cibernética ou da biotecnologia. No negócio da vida, assim, a racionalidade tem sido o principal instrumento, apropriado à utilidade prática da sobrevivência. Por meio daquele

instinto gregário nascido de nossa fraqueza (sozinhos, a sobrevivência se torna muito mais improvável) e das estruturas ósseas e cerebrais disponíveis, inventamos a linguagem, critério primeiro para a existência das famílias, das aldeias e das civilizações. Ordenados em nossas cidades, criamos formas de proteção e gerenciamos os riscos de forma a garantir a continuidade da vida humana no futuro.

Há 10 mil anos inventamos a agricultura, que nos possibilitou passar do nomadismo ao sedentarismo, favorecendo a formação da cultura. Com mais comida, a humanidade aumentou exponencialmente de tamanho populacional e passou a afetar o ambiente terrestre de forma nunca antes vista. Assim, o crescimento populacional patrocinado pelas técnicas de sobrevivência tem sido, ao longo da história, equivalente à saturação das reservas naturais, ao retrocesso da biodiversidade e à escassez de condições capazes de garantir a própria sobrevivência da espécie. Eis o paradoxo que temos chamado, atualmente, de ‘crise ambiental’: para sobreviver ao número e conforme os estilos de vida contemporâneos, acabamos por impactar negativamente a biosfera, colocando em risco, por isso, a própria potencialidade de sobrevivência no futuro. Apoiados na técnica (que logo se tornou a condição de nossa sobrevivência), inauguramos a tal história da ‘conquista social do planeta’, tematizada por Wilson em seu livro homônimo, mas, ao mesmo tempo, demos margem ao paradoxo que se tornou a maior ameaça à existência da humanidade.

O chamado “novo regime climático”¹ (LATOUR, 2015, p. 11), por exemplo, é parte desse processo em que a expressão contemporânea da técnica, a que chamamos de tecnologia, em sua faceta produtiva cujo símbolo são as máquinas consumidoras de energia suja (ou não renováveis, como petróleo, carvão e gás natural), acaba liberando na atmosfera gases responsáveis pelo efeito estufa, levando ao aquecimento global. Tal novo regime ganhou, entre os antropólogos, um nome próprio: Antropoceno, em referência ao fim da era do Holoceno (iniciada há mais ou menos 11 mil anos) e o início de uma nova era geológica marcada pela presença humana em grande escala, cuja consequência seria a alteração substantiva da paisagem planetária. O início desse novo período geológico pode ser marcado em algum lugar entre o final do século dezoito e meados do século vinte, justamente o período de tempo que registra um relevante aumento da quantidade de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa no planeta, principalmente devido à queima dos combustíveis fósseis usados como energia para fomentar a produção industrial baseada nas novas tecnologias.

O perigo dessa situação passou a fazer parte da agenda de ambientalistas já a partir dos anos 1970 e, mais recentemente, ocupa de forma decisiva os cientistas do clima, repercutindo no mundo da política e dos governos, que vem estudando medidas para evitar as catástrofes anunciadas – infelizmente com muito pouco sucesso até agora.

A EXIGÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Ora, foi justamente nos anos 1970 (mais especificamente em 1979) que um livro escrito por um autor alemão radicado nos Estados Unidos teve enorme impacto no campo da Ética por ter trazido a questão da responsabilidade para os debates filosóficos, até então, em geral, alheios a esse tema. Trata-

-se da obra **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**, de Hans Jonas. O livro, dividido em seis capítulos, é, ao mesmo tempo, uma reflexão teórica sobre os fundamentos possíveis para uma ética ambiental (ou ética do futuro, como ele mesmo se refere) e uma tomada de posição prática (e crítica) em relação ao avanço das tecnologias no mundo contemporâneo, precisamente devido à sua ambiguidade e, nesse caso, aos seus potenciais malefícios para a continuidade da vida sobre o planeta.

Para o autor, trata-se de formular uma ética que não esteja mais limitada 1) ao horizonte do antigo antropocentrismo (afinal, agora precisamos cuidar da vida como um todo); 2) da visão de neutralidade ética da natureza (os novos poderes elevam as possibilidades de a ação humana interferir de forma decisiva no mundo natural); 3) da constância da entidade ‘homem’ (agora objeto da técnica reconfiguradora, embora sem uma imagem capaz de orientar essa tarefa); 4) o curto prazo do planejamento da ação (agora precisamos prever em longo prazo as consequências de nossas ações); e 5) ao círculo imediato da ação (hoje precisamos pensar nas gerações futuras).

A responsabilidade como princípio ético parte da antiga pergunta filosófica fundamental formulada por Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716): “por que o Ser e não antes o nada?”. Tal pergunta, contudo, assume um novo sentido no cenário tecnológico: se temos o poder de destruir a vida como um todo, quais são os critérios capazes de nos impedir de fazê-lo ou, em outras palavras, se podemos matar a vida, por que não o fazer?; por que, afinal, a vida merece ser preservada e por que devemos orientar nossos atos em direção à sua preservação?

A nova ética adquire, portanto, uma base tanto ontológica quanto metafísica, na medida em que ela parte de uma pergunta sobre o Ser que se apresenta em sua forma ‘viva’, por assim dizer. É por isso que sua ética se apoia em sua ontologia: a vida diz ‘sim’ a si mesma e, como é parte da história evolutiva do espírito, o ser humano é o único ser de responsabilidade porque, tendo ascendido a graus superiores de espiritualidade, pode entender essa afirmação e assumir sua responsabilidade sobre os demais, até porque ele se tornou um perigo para si e para as demais formas de vida. Com isso, enfrenta-se um dos principais dogmas da filosofia: ele afirma que, diante da emergência dos novos tempos, é não apenas possível, como necessário, que retiremos do Ser um ‘dever ser’. A ética deve, agora, pela primeira vez, garantir a existência do próprio objeto.

Responsabilizar-se, assim, 1) significa reconhecer a vulnerabilidade da natureza e as novas dimensões de seu poder, 2) prever os danos possíveis e 3) alterar a ação humana a fim de evitá-los. Para tanto, a nova ética deve reunir o máximo de informações advindas das demais ciências, a fim de forjar um diagnóstico o mais preciso possível dos danos que atingem, no momento presente, a vida como um todo.

O naturalista norte-americano Edward O. Wilson, em seu livro **Diversidade da vida**, reconheceu essa como a urgência de nosso tempo e o maior desafio à ciência de hoje: “será algum dia possível avaliar os danos à diversidade biológica que estamos sofrendo? Não consigo imaginar um problema científico de maior importância imediata para a humanidade”. (2012, p. 317).

Além disso, é preciso combater a ingenuidade das promessas do progresso tecnológico, que acabam forjando uma versão limitada e enganosa dos benefícios futuros das ações técnicas do presente; para isso é preciso dar preferência ao prognóstico negativo, por meio daquilo que se chama de ‘heurística do temor’ ou seja, em termos técnicos, o reconhecimento do *malum* deve ter preferência ao do *bonum*.

Caberia à ética, afinal, prever os efeitos distantes da ação técnica, operando por meio de diagnósticos hipotéticos relativos àquilo que devemos esperar do futuro, ou daquilo que devemos evitar ou incentivar. A partir daí, a ética precisa mobilizar um sentimento de responsabilidade, capaz de orientar as ações do presente para que o mal futuro seja evitado: imaginando o mal, saberemos, afinal, o que deve ser evitado, abrindo mão daquilo que pretendemos no presente em função das garantias para que haja um futuro. Isso quer dizer que precisamos ser capazes de prever o perigo e as consequências das ações humanas. Agora, não podemos mais simplesmente incrementar o poder, independentemente de seus riscos, mesmo diante da certeza de seus êxitos. Tal ética tem, por isso, como objetivo despertar a consciência e o sentimento dos homens e mulheres contemporâneas em relação às suas ações no presente, cujo impacto alcança o futuro de forma incomensurável. A gravidade do risco levaria, assim, ao aprendizado ético: antever o perigo teria a função educativa de reorientar as ações no presente a fim de evitar que o imaginado ocorra realmente.

UM IMPERATIVO ÉTICO A FAVOR DA NATUREZA

Partindo de uma análise da natureza modificada do agir humano, ou seja, da mudança significativa do poder de intervenção e impacto da humanidade sobre o planeta, promovido pelo uso crescente das tecnologias (que passam a representar uma força imensa, equivalente e, não raras vezes, mais poderosa do que as forças naturais), Hans Jonas chega à formulação de um imperativo categórico capaz de orientar as ações humanas no presente: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” ou, ainda, numa versão negativa, “Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura da vida”, ou ainda, “Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”. (2006, p. 47).

Como imperativo categórico, tal norma moral pretende orientar de forma inequívoca a ação do ser humano no presente em vista da continuidade das condições de sua sobrevivência no futuro. E o faz apelando para uma normatividade ética capaz de inspirar a humanidade em sua vida prática, recomendando: na hora de fazer algo (desde lançar uma latinha de refrigerante pela janela do carro ou separar o lixo doméstico, até atos de maior impacto ambiental, como despejar o esgoto de uma indústria em um rio ou pulverizar um agrotóxico proibido sobre uma lavoura ou ainda construir uma hidrelétrica ou abrir uma estrada em meio a uma floresta), só o faça se você realmente acreditar que isso não coloca em risco a autêntica vida da humanidade no futuro. Não precisamos muito para compreender a eficácia desse argumento. Diante dos inúmeros poderes e, ao mesmo tempo, dos enormes desafios colocados para quem precisa viver (alimentar-se, vestir-se, locomover-se etc.) no mundo contemporâneo, é preciso

levar em conta as garantias da continuidade da vida humana futura. Tal atitude é responsável, e a responsabilidade seria para Jonas a virtude ou o valor daqueles que agem segundo essa norma ética, assumindo o fato de que sua ação aumentou em termos de impacto sobre o planeta e, sendo assim, que também aumentou sua responsabilidade em agir de forma correta para evitar a catástrofe.

Como desafio, ao pensar no meio ambiente é preciso ter em mente a fragilidade da vida, explicitada de forma mais evidente pela ciência do último século, algo que, infelizmente, já aparece na forma de danos, dada a imensa vulnerabilidade da vida diante dos poderes da tecnologia e dos impactos que ela causa sobre a vida em geral. Isso significa que de um lado está a fragilidade da vida, e de outro o aumento dos poderes trazidos pela nova tecnologia e, conseqüentemente, a urgência ainda maior da responsabilidade como valor capaz de orientar o uso desses poderes. É preciso que se diga desde já que não se trata de tomar uma atitude tecnofóbica, ou seja, é preciso ter consciência da importância da tecnologia para a manutenção da vida humana, mas até o ponto em que seu uso não coloque em risco a integridade da biosfera. Do ponto de vista ético, por meio da responsabilidade deveríamos ser capazes de evitar as apostas e prestar atenção aos maus prognósticos em vez de continuarmos arriscando todas as fichas na continuidade do modelo de exploração do planeta conforme temos feito até aqui.

A responsabilidade trata, assim, da busca por um cuidado maior com a vida e a natureza em geral, compreendendo que os organismos vivos têm direito a continuar existindo no futuro e que é justamente isso que tornará a vida humana autêntica, já que está ligada à grande rede de seres que povoam o planeta.

É nesse sentido que a nova ética capaz de ajudar a humanidade atual a enfrentar o desafio da crise climática inclui um apelo por modos de vida mais simples e contidos, baseada em uma tentativa de impor freios voluntários tanto ao consumo de uma minoria mundial esbanjadora quando ao uso dos poderes atuais e à conquista de novos. Obviamente se trata de uma dificuldade, em nosso mundo, trocar a felicidade associada ao conforto e ao consumo por uma vida mais frugal, mas é preciso acentuar que, diante dos riscos radicais, temos de tomar decisões cada vez mais radicais. Afinal, é fácil fazer dieta em tempos de escassez e muito mais difícil em tempos de excesso de ofertas, embora seja nestes que a dieta se torna mais necessária. Eis o desafio do tempo que é nosso.

De um lado, do ponto de vista de nosso estilo de vida, seria necessário optar pela frugalidade, pela temperança, pela parcimônia e pela continência, valores bastante importantes nas éticas antigas que em nosso tempo foram colocados em segundo plano diante de novos valores como a gula, que antes constava na lista dos vícios. Agora ela passou a ser considerada uma virtude, uma espécie de dever socioeconômico tratado com indulgência geral, cujas coações e estímulos nos convencem facilmente de que a felicidade está nos *shopping centers*, esses templos sagrados do mundo contemporâneo, onde bens exuberantes e (mais ou menos) acessíveis são mostrados como solução para muitos de nossos males, ansiedades e frustrações.

Assim, para impedir o empobrecimento das espécies e a contaminação geral do planeta é necessário que mudemos nossos modos de vida. De outro lado, do ponto de vista do uso e da aquisição de novos poderes, é necessário que a reflexão ética oriente tais atividades em vista de sua aplicação adequada do

ponto de vista da garantia da continuidade da vida. A ética, nesse caso, funcionaria como um ‘poder sobre o poder’, ou seja, um poder capaz de orientar a ação técnica.

SOBRE A VANTAGEM DO TEMOR NO CAMPO DA ÉTICA

Ora, para que isso seja possível, uma das bases da nova atitude ética é o sentimento de ‘temor’ (ou medo) diante das ameaças da tecnologia: trata-se, mais especificamente, de um aprendizado por meio de uma exposição ao perigo, ou seja, de imaginar as consequências negativas no futuro. O medo de que este possa ser catastrófico poderia, assim, nos ajudar a evitar agora o mal futuro. Ou seja, por meio do medo do que poderia acontecer caso continuássemos agindo da forma como agimos, seríamos despertados a agir de forma a evitar que as projeções negativas viessem a se realizar. Para isso, precisaríamos dar preferência aos prognósticos negativos, a fim de reconhecermos com clareza aquilo que deve ser evitado, pois temos geralmente mais capacidade para reconhecer o mal do que o bem.

Deveríamos usar, assim, a projeção imaginativa das catástrofes (tal como ela ocorre, por exemplo, nos livros de ficção científica baseados em distopias ou mesmo em filmes) para mobilizar aquele sentimento adequado para a representação prévia daquilo que não queremos para a humanidade futuramente. Assim, o primeiro dever de uma ética orientada para o futuro deveria ser visualizar os efeitos a longo prazo das ações humanas. Como esse tipo de representação não ocorre normalmente, ela precisa ser produzida intencionalmente, ou seja, precisaríamos criar ocasiões para que esse futuro distópico pudesse aparecer.

Assim, o temor poderia nos ajudar a projetar ou representar o mal possível para conquistar o bem desejado e, para isso, precisamos promover uma convergência dos saberes, a fim de que várias áreas do conhecimento se juntem a fim de salvar a humanidade e a vida em geral no futuro. Tal saber deve ter duas bases: 1) as informações científicas precisas, advindas dos vários âmbitos do saber, a respeito dos indícios atuais e futuros, já previsíveis, da ação humana; 2) uma imaginação teoricamente fundada em uma projeção dos indícios ainda não visíveis, mas que podem ser imaginados com base no presente. O medo, portanto, seria parte de uma espécie de futurologia comparativa que se torna, no fundo, também uma futurologia da ‘advertência’, na medida em que traduz o lema segundo o qual, em caso de dúvida, devemos agir com precaução.

A UTOPIA DO PROGRESSO TÉCNICO E O ESGOTAMENTO DOS BENS NATURAIS

Ao formular tal hipótese sobre o medo, dando preferência a esse prognóstico negativo, estaríamos em um campo crítico às utopias, que sempre projetam um futuro absolutamente positivo. Isso porque

a primeira condição da utopia é a abundância material, que trata de satisfazer a necessidade de todas as pessoas. Além disso, seria preciso que tal abundância fosse de fácil acesso, ou seja, que estivesse disponível na forma de recursos a serem explorados de maneira mais ou menos fácil, em benefício do lazer e do conforto. Ora, esses dois elementos estariam ligados à abundância dos bens de consumo e do acesso a eles, algo que pode ser sustentado pela tecnologia, precisamente o poder que convenceu os seres humanos do nosso tempo a radicalizar sempre mais o avanço da técnica, acreditando que só ela poderia conduzir a humanidade à felicidade. Eis o que se revela pela mecanização do trabalho, por exemplo, porque as máquinas são o modo segundo o qual é possível retirar da natureza suas riquezas de forma rápida e satisfatória. Em outras palavras, é preciso questionar a ideia mesma de que é necessário continuar a corrida pela exploração da natureza por meio de um crescimento da produção em nível global, com tecnologias cada vez mais intensas e agressivas.

O problema reside justamente nos limites de tolerância da natureza em relação a esse crescimento exponencial do poder tecnológico: a questão é saber como a natureza reagirá à nossa agressão e não mais, como antes, apenas como e se o homem é capaz de provocar alguma mudança significativa na vida do planeta. Estamos às vésperas de uma grande catástrofe e precisamos evitá-la: eis o papel da ética. Tal desastre está ligado ao desconhecimento dos limites naturais ou ao desrespeito a eles. Tais limites, contudo, podem ser facilmente conhecidos pelos saberes ligados à ecologia, ciência que conjuga saberes tão diversos como a Biologia, a Agronomia, a Geologia, a Climatologia, a Economia, a Engenharia e o Urbanismo, que devem agora fornecer à ética elementos capazes de elevar o grau de responsabilidade do ser humano diante do risco da catástrofe.

Dentre esses limites da natureza estão: 1) o problema da alimentação: as tecnologias agrícolas baseadas na mecanização, no emprego extensivo de fertilizantes e, hoje, na transgenia, tem levado ao esgotamento dos solos e à poluição das águas, ao desmatamento e ao consequente aumento da temperatura do planeta; 2) o problema das matérias-primas: hoje se vê desde o esgotamento das reservas naturais, inclusive o consumo dos reservatórios mais profundos, a imensos dispêndios de energia para acessar novas energias, numa corrente cada vez mais autofágica; 3) o problema energético: fontes não renováveis, como os combustíveis fósseis, contribuem para a poluição dos ares e agravam o aquecimento climático; as renováveis, por sua vez, como a energia solar e a hidrelétrica, além de insuficientes para o progresso, são sempre soluções parciais, enquanto a energia nuclear, além de arriscada, também está limitada fisicamente; e 4) o problema térmico: o efeito estufa seria agravado pelo consumo ilimitado e pela extração de matérias-primas a níveis muito altos do ponto de vista termodinâmico. O desenvolvimentismo precisa lidar com esse balanço energético negativo, no qual o processo produtivo consome muito mais energia do que aquela gerada pelo produto, levando ao insustentável divórcio entre o cálculo monetário e o material energético.

O estilo de vida anunciado pela utopia do progresso técnico baseia-se em um enorme consumo *per capita* de energia evidentemente insustentável. Qualquer potencial energético favorável (como o atômico) poderia, diante da tentação utópica de uma vida farta, simplesmente elevar ao infinito o dispêndio e aumentar a sedutora lógica dos fins desmesurados que acabam por anular o sentimento

da responsabilidade. Ou seja, temos diante de nós um desafio imenso quando pensamos na sedução exercida pelo modo de vida contemporâneo. Por isso, o apelo a fins modestos, embora soe estranho a nossos ouvidos, precisa se impor à corrida embriagada do progresso irresponsável.

Os modelos econômicos que ignoram essas restrições são tão maléficos quanto aqueles que as patrocinam. O otimismo tecnológico não seria apenas um erro teórico, mas um prejuízo ético e até mesmo um crime político, porque, estando baseado no uso irrestrito de máquinas e energia, parece desconhecer as leis da termodinâmica, segundo as quais a transformação da matéria dissipa energia em calor. E para o planeta, o único termostato possível é a parcimônia no uso dos poderes. Do contrário, o equilíbrio natural será desfeito e a vida mesma, que concorre para a manutenção harmônica desse sistema, será a primeira a desaparecer, já que ela interfere no equilíbrio dinâmico.

Reféns do modelo positivista de fazer ciência, segundo o qual conhecemos as consequências sempre *a posteriori*, é preciso alterar nosso modo de pensamento para incluir com a máxima urgência nos interesses da sociedade contemporânea a virtude ética, sendo o principal dos valores a capacidade de previsão das consequências negativas de nossas ações, cujo benefício último atenta ao princípio geral que agora recai sobre nossa responsabilidade. Trata-se de reunir todos os esforços para garantir que haja uma humanidade no futuro, junto a todas as outras formas de vida. Ora, porque o progresso é refém de um otimismo utópico ingênuo, é preciso apelar para aquela responsabilidade com o fim de despertar os homens e mulheres de agora em relação ao meio ambiente. Tal preferência pelo prognóstico negativo tem como objetivo reconhecer os limites da natureza no que tange ao uso desses poderes.

Ocorre que, para se manter enquanto utopia, a técnica precisou mostrar que não há perigo algum em sua ação e que, mais ainda, ela deve contar com o apoio irrestrito de toda a sociedade, dado não haver nela nada que não seja simplesmente 'bom'. Além disso, a utopia do progresso tecnológico se apoiou em uma visão equivocada da natureza, seja aquela herdada da modernidade, seja aquela que ela assumiu para si como verdade: que o potencial da natureza é inesgotável e o poder do ser humano de afetá-la é mínimo ou quase nulo. Esses dois equívocos são repetidos hoje em dia como lema da irresponsabilidade daqueles que pretendem aproveitar de forma insustentável o conforto de suas presentes vidas sem incluir nelas nenhuma preocupação com o futuro da humanidade. Tal perspectiva fazia sentido na era chamada pré-moderna, onde o poder técnico ainda era bastante limitado.

Uma passagem do texto de **Antígona**, de Sófocles, é exemplar a esse respeito. Escrito em 442 a.C., ele faz uma apologia (ingênuo) ao poder humano diante da natureza. Vale a pena revisitarmos esse texto, que Hans Jonas reproduziu já nas primeiras páginas de seu livro **O princípio da responsabilidade**:

Numerosas são as maravilhas da natureza, mas de todas a maior é o homem! Singrando os mares espumosos, impelido pelos ventos do sul, ele avança e arrosta as vagas imensas que rugem ao redor! E Gaia, a suprema divindade, que a todas mais supera, na sua eternidade, ele a corta com suas charruas, que, de ano em ano, vão e vêm, fertilizando o solo, graças à força das alimárias! Os bandos de pássaros ligeiros; as hordas de animais selvagens e peixes que habitam as águas do mar, a todos eles o homem engenhoso captura e prende nas malhas de suas redes.

Com seu engenho ele amansa, igualmente, o animal agreste que corre livre pelos montes, bem como o dócil cavalo, em cuja nuca ele assentará o jugo, e o infatigável touro das montanhas.

E a língua, e o pensamento alado, e os sentimentos de onde emergem as cidades, tudo isso ele ensinou a si mesmo! E também a abrigar-se das intempéries e dos rigores da natureza! Fecundo em recursos, previne-se sempre contra os imprevistos. Só contra a morte ele é impotente, embora já tenha sido capaz de descobrir remédio para muitas doenças, contra as quais nada se podia fazer outrora.

Dotado de inteligência e de talentos extraordinários, ora caminha em direção ao bem, ora ao mal... Quando honra as leis da terra e a justiça divina ao qual jurou respeitar, ele pode alçar-se bem alto em sua cidade, mas excluído de sua cidade será ele, caso se deixe desencaminhar pelo Mal. (2006, p. 4).

O trecho, como se nota, não faz nenhuma referência aos perigos do uso indiscriminado desse domínio que levou à ‘conquista social da terra’. Isso não se deve, necessariamente, a um erro de avaliação de seu autor, mas à condição mesma de seu tempo: podemos imaginar que nessa época os problemas ambientais, se é que existiam, estavam muito aquém daqueles que nos são visíveis hoje em dia, produtos do aumento populacional e do modo de vida tido como mais adequado no que tange à aquisição da felicidade. Essa angustiosa homenagem ao poder humano tão perigoso não evidencia os impactos negativos desse poder, tal como ele se apresenta na era moderna e, mais ainda, a partir do século XX. Agora, essa ideia de natureza não passa de uma ingenuidade, dadas as consequências danosas trazidas pelo projeto de desenvolvimento da tecnologia que assume, aliás, um papel até mesmo de redenção do homem diante dos pretensos limites impostos pela natureza. Isso tudo exige de todos nós uma renúncia efetiva aos sonhos ingênuos, em nome de uma vida mais sóbria e responsável.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA RESPONSABILIDADE

A evidência da gravidade dessa situação deveria, portanto, gerar uma precaução em relação ao progresso, uma modéstia no anúncio das promessas utópicas e até mesmo uma crítica interna de seu ideal. Uma solução para essa problemática passaria por uma renúncia, por parte dos países desenvolvidos, em relação a sua dinâmica desenfreada de sempre mais, já que o crescimento dos países subdesenvolvidos só poderia ocorrer às suas custas, ou seja, seria necessário que os países ricos impusessem limites em seu afã de progresso para que os países pobres pudessem alcançar algum patamar de desenvolvimento compatível com a garantia de vida digna para sua população.

Do ponto de vista psicológico, a utopia sempre aponta para o ‘mais’ e não para o ‘menos’. Nesse sentido, qualquer ideia de contenção na atividade de produção e consumo atuais soaria como um obstáculo à magia da utopia e à sedução do progresso. Ocorre que, diante do cenário de catástrofe ambiental que nos ameaça, tal contenção ‘deve’ ser levada em conta, pois a nova ética deve se encontrar com a política, para conduzir uma crítica não apenas ao modelo econômico, mas também e, sobretudo, às formas de governo e às estruturas políticas em vigência em nossa sociedade.

Tratamos aqui do campo daquilo que hoje se chama de ‘tese do decrescimento’², por questionar o atual índice de desenvolvimento na medida em que isso leva à degradação ambiental. A utopia, na medida em que cresce unicamente amparada em um desenvolvimento irrestrito e irresponsável, é portadora de grande periculosidade diante da urgente atitude de maturidade, que significa a capacidade de agir com responsabilidade, fugindo dos arroubos irresponsáveis daqueles que não se importam com essa problemática. Ou seja, a utopia seria um momento imaturo no qual a humanidade tudo pode, tudo faz, tudo pretende, tudo sonha. Ocorre que, diante dos desafios impostos pela crise ambiental decorrente dessa atitude, é preciso recuar a uma maturidade responsável, capaz de levar ao questionamento sobre o valor real da utopia, sobre as vantagens e desvantagens de seu abandono ou, inversamente, de sua manutenção.

Tal maturidade, contudo, não chega facilmente, porque ela tem como obstáculo as ilusões e o alto potencial sedutor das utopias. Será preciso optar pela coragem e ser capaz de orientar as ações do presente para evitar o mal radical no futuro. E isso caberá aos dirigentes, que devem assumir sua legitimidade e eficácia diante da maior das tarefas da política até então: decidir se a humanidade deve/merece ou não continuar existindo. Por isso, é preciso que os dirigentes sejam os primeiros a renunciar aos mitos utópicos, a fim de conquistarem uma liberdade intelectual e moral capaz de orientar as decisões que passariam pela recusa da ideia de progresso como movimento autônomo em direção ao sempre renovado desejo de ‘mais’. Também a bomba atômica é tecnicamente melhor em termos técnicos, e isso comprova que o progresso pode não ser sempre desejável por si mesmo.

Caberia à política, assim, deter a história triunfal da tecnologia, que não é capaz de impor limites a si mesma. Trata-se de forjar um modelo político capaz de impor, no pior dos cenários, uma mudança de costumes mediante a lei pública e suas sanções. Isso porque o modelo democrático segundo o qual estamos conduzindo os debates nesse campo não tem sido (como é evidente também para nós) exitoso, pois o procedimento de votação democrática está amplamente dominado por interesses e circunstâncias orientados não pelo futuro, mas pelas necessidades atuais. Não há lugar, nesse caso, para a sustentabilidade. Ocorre que essa posição deve ser entendida como uma espécie de advertência: ou alteramos nossas ações no presente ou seremos obrigados a radicalizar as posições em termos de normatização de nossas vidas por meio de medidas pouco ou menos democráticas.

A NATUREZA SOB A RESPONSABILIDADE HUMANA

Falamos em nossos dias de cuidar da natureza. Isso é uma novidade na história humana, porque a natureza sempre cuidou de si mesma ou Deus cuidou dela. Agora isso mudou porque a natureza está sendo cada vez mais afetada pela ação humana e, portanto, é um campo sobre o qual se deve alargar o círculo da responsabilidade, superando a tradicional fronteira das ações humanas confinadas ao círculo imediato da ação, que tem na cidade seu modelo. De um campo eticamente neutro a natureza passou para as mãos humanas. A natureza, assim, se opõe, no sentido ético, à cidade. Diante

da natureza, o homem precisava ser inteligente e inventivo, não ético. Diante da cidade, ao contrário, tendo em vista que ela é um artefato social, o homem deve ser capaz de casar sua inteligência com a moralidade. Subjacente a essa visão sobre a natureza estava a convicção (ingênua e imatura) de sua invulnerabilidade diante do fraco poder humano de interferência. Todas as ingerências sobre a natureza estavam orientadas por essa crença na inviolabilidade da natureza, que permanecia como algo fixo e dado de uma vez por todas, sobre o qual se desenvolviam as ações humanas.

Essa antiga visão da natureza mudou de tal forma que sua violabilidade é manifesta de forma cada vez mais clara diante do poder incrementado da ação técnica, que ao contrário do que acontecia no passado, não admite mais a crença de que alguma natureza permanente do próprio homem, depois de muitos movimentos e mudanças, pudesse se impor novamente, como compensação de todos os possíveis desvios cometidos. Agora, para quaisquer desses desvios, não há garantia alguma de retorno a algo que permaneceria inalterado. Tal dado, por si mesmo, fundaria o novo tipo de responsabilidade, ou seja, a responsabilidade pela natureza. Isso porque, em primeiro lugar, o destino humano continua sempre dependente da natureza, e a magnitude, a irreversibilidade e o caráter cumulativo das intervenções tecnológicas emitem um sinal de alerta que deve ser incluído entre os objetivos dessa nova ética, na medida em que o que está em risco é a própria condição fundamental de toda sequência, ou seja, o próprio pressuposto sobre o qual a ação humana se desenvolve: a natureza como um todo. A natureza, por isso, é entendida como a realidade extra-humana, a biosfera no todo e em suas partes que hoje se encontram subjugadas ao nosso poder e carentes de nossa responsabilidade. Como conceito, a natureza está pensada nesse contexto, nem sempre livre do contato humano. A preocupação aqui é com a gravidade, a irreversibilidade, a ambivalência e a magnitude do poder desse contato.

CONCLUSÃO

A natureza é o *novum* ético na medida em que reivindica o próprio direito como portadora de fins em si. Chegamos, assim, ao ponto central de nossa argumentação: é o ‘bem’ da natureza – como algo que inclui os seres vivos em geral e a preservação das condições inorgânicas às quais eles continuam atrelados de forma interdependente – que aparece agora como conteúdo ético. Assim, como um objeto novo no âmbito da ética, a natureza ganha importância como um objeto recente. Nesse sentido, como objeto ético, a ideia de natureza não estaria mais incluída entre as coisas que independem da interferência humana. Natureza não é o que não foi tocado pelo homem (segundo uma antiga tradição), mas o que está agora sob seus cuidados. E é ela que demanda nossa responsabilidade.

Por fim, deveríamos substituir a desesperança não pela utopia ou por uma esperança vulgar, mas pela responsabilidade, que é a forma mais adequada de ação humana. Esse é o grande aprendizado que precisamos fazer no campo ético em vista da proteção do meio ambiente, no qual convivemos com os demais seres vivos. Como bem assinalou a professora norte-americana de Educação Ambiental Elisabeth Andre, em seu artigo **The need to talk about despair** (A necessidade de falar

sobre desesperança), é urgente vencer a descrença advinda dos dados da crise climática e vencer o pessimismo das catástrofes que ocorrem diariamente fazendo vítimas às centenas. Tal descrença, embora seja pautada em inúmeras evidências, centenas de iniciativas, relatórios, propagandas, livros e revistas, falha em alterar a atitude dos seres humanos. Frente a isso, a ética exige que todos mudemos urgentemente nossas formas de lidar com o meio ambiente que está à nossa volta. Porque é dos pequenos gestos que crescem as grandes causas.

BIBLIOGRAFIA

ANDRE, E. The need to talk about despair. In: BREI, Andrew. (ed.). **Ecology, Ethics and Hope**. London/New York: Rowman & Littlefield International, 2016. p. 1-11.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa [e] Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRio, 2006.

JONAS, H. **Técnica, medicina e ética**: sobre a prática do princípio responsabilidade. Tradução do Grupo de trabalho Hans Jonas da ANPOF. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Ethos).

LATOUR, B. **Face à Gaïa**: huit conférences sur le nouveau régime climatique. Paris: La Découverte, 2015. (Les Empêcheurs de Penser en Rond).

WILSON, E. O. **A conquista social da terra**. Tradução de Ivo Korytovski. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WILSON, E. O. **Diversidade da vida**. Tradução de Carlos Afonso Malferri. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Expressão usada por Bruno Latour, derivada da expressão criada por Stefan Aykut e Amy Dahan para se referir à tentativa (fracassada) de ‘governar o clima’.
- 2 Tese formulada por Nicholas Georgescu-Roegen em **The entropy law and the economic process**, de 1971, mais recentemente, retomada pelo francês Serge Latouche, que associou a ideia ao pós-desenvolvimento e às teses anticonsumistas que afirmam o decrescimento como garantia da sustentabilidade.